



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Procedimentos de auditoria interna como auxílio à organização do terceiro setor na prevenção de erros e fraudes sob a perspectiva do auditor interno

GUILHERME MENDONÇA MODRO

Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP-EC)

guilherme.mendonca.modro.@gmail.com

WANDERSON BARBOSA DE CARVALHO VILAS BOAS

Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP-EC)

wandersomb2@hotmail.com

LUÍS FERNANDO DA ROCHA

Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP-EC)

luis.rocha@unaspedu.br

AIRTON ADELAR BAUERMANN

Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP-EC)

airton.bauermann@unaspedu.br

Resumo

A Auditoria Interna é responsável por garantir a fidedignidade das informações contábeis, e com a grande expansão do campo empresarial e a modernização de tais informações, isso se tornou uma tarefa cada vez mais desafiadora. A existência de fraudes e possíveis erros acabam por prejudicar a análise dos gestores e, por isso, um auditor é requisitado. Este artigo tem como objetivo apresentar como os procedimentos da Auditoria Interna auxiliam a organização do terceiro setor a prevenir erros e fraudes, sob a perspectiva do auditor interno. O trabalho foi realizado com base em fontes bibliográficas e informações de caráter qualitativo, por meio de livros e artigos. Além disso, foi realizada uma entrevista com um auditor interno para verificar como a auditoria tem influência na prevenção dos erros e fraudes da organização. Para gerar fidedignidade as informações e prevenir possíveis erros e fraudes, a auditoria interna realiza testes substantivos e de observância, produz documentos como pareceres e relatórios, onde descreve o processo realizado e o que foi concluído durante as análises por meio de softwares desenvolvidos pela organização, que também realizam a conferência dos dados. Desse modo, ficou evidente a importância da auditoria interna em uma organização, como ferramenta de auxílio da alta administração no cumprimento de seus objetivos e agregar valor às informações, garantindo segurança aos seus usuários e prevenindo a existência de erros e fraudes.

Palavras-chave Auditoria Interna; Controle Interno; Fraudes; Erros; Procedimentos de Auditoria.

Linha temática: Contabilidade gerencial.

1. Introdução

A contabilidade tem como função atender as necessidades das organizações por meio de informações relevantes que servirão de base para a tomada de possíveis decisões. Segundo Marion (2006), a contabilidade é uma ferramenta que proporciona o máximo de conhecimento necessário para a tomada de decisões dentro e fora da entidade. Desse modo, é de suma importância a

7 a 9 de setembro

ORGANIZAÇÃO

CCN



APOIO



AICOGestión

verificação dos dados contábeis para a possível detecção de erros e/ou fraudes, que afetam a fidedignidade desse conteúdo.

Para Sá (2002), o auditor dispõe de uma técnica que se utiliza da revisão, da análise, para fins de posição e instrução sobre algumas situações da organização, dentre elas a patrimonial. Crepaldi (2010) afirma que os auditores têm como função assessorar a administração nas tomadas de decisões, obtendo eficiência, eficácia e controle dos sistemas de informação para a diminuição de tais riscos.

Segundo Mendes, Pacheco, Iansen e Pavan (2017), a auditoria se divide em dois campos distintos: o interno e o externo, e a diferença entre ambos está no fato da auditoria interna se restringir aos acontecimentos de dentro da empresa, tornando-se dependente desta, enquanto a auditoria externa está sujeita ao público externo, como acionistas, instituições financeiras, órgãos públicos, entre outros, oferecendo grande credibilidade no mercado.

A auditoria interna vem sendo cada vez mais utilizada nas organizações, aperfeiçoando a segurança nos dados apresentados aos seus acionistas, sócios e administradores, conforme as normas contábeis. Como sugere Cherman (2005), o auditor interno tem como função central apurar se as leis internas vêm sendo seguidas sem prejudicar a fidedignidade das informações.

Dentre as ferramentas que auxiliam a auditoria interna está o controle interno, que por sua vez gera informações seguras que dão apoio aos gestores na condução e organização das atividades da empresa, tendo como finalidade distinguir as necessidades e falhas, a fim de corrigi-las e evitá-las. Como retrata Almeida (1996), o controle interno demonstra o conjunto de mecanismos em uma entidade, meios ou rotinas com os objetivos de preservar os bens, elaborar dados confiáveis que beneficiam os administradores em sua tarefa de conduzir a entidade.

O novo cenário tecnológico, social, político e digital influenciou positivamente em diversos aspectos mundiais, inclusive no aprimoramento digital da segurança das informações contábeis (POTRICH, 2014). Souza (2012) observa que o aumento das fraudes no meio empresarial revela a obrigação do profissional contábil, onde se inclui o auditor interno, em mostrar uma boa postura e confiabilidade em seu serviço para desempenhar uma proteção adequada contra esses problemas.

Partindo do pressuposto de que a existência da auditoria interna garante maior fidedignidade contábil das informações, foi elaborada a seguinte questão problema: **Como a auditoria interna auxilia a organização do terceiro setor a prevenir erros e fraudes sob a perspectiva do auditor interno?**

O presente artigo tem como objetivo apresentar como os procedimentos da auditoria interna auxiliam a organização do terceiro setor a prevenir erros e fraudes, sob a perspectiva do auditor interno.

O tema foi escolhido devido ao fato de a Auditoria Interna proporcionar um grande impacto na veracidade das informações contábeis de uma entidade. De acordo com Euzébio e Barbosa (2006), auxiliar o gestor da empresa é uma das responsabilidades da auditoria interna, que tem como objetivo a melhoria dos negócios, de modo a revelar problemas em diversos setores. Além disso, houve o interesse de conhecer os meios pelos quais os auditores internos lidam com esse tipo de ferramenta para garantir maior fidedignidade contábil.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 AUDITORIA NA CONTABILIDADE

A palavra *auditoria*, de acordo com Perez (2010), tem origem latina *audire* (ouvir) e foi

utilizada pelos ingleses (auditing) a fim de sintetizar a ideia de um “conjunto de procedimentos técnicos para revisão da contabilidade” em uma única palavra. Segundo Attie (1998) a prática da auditoria é proveniente da Inglaterra, grande dominadora dos mares e do comércio na antiguidade, responsável por iniciar as atividades de investimento e espalhá-lo por diversos países.

Partindo do princípio que a contabilidade é um meio de gerar informações derivadas dos dados recolhidos na empresa, como relata Attie (1998), entende-se que a auditoria surgiu com o intuito de auxiliar na prevenção e percepção de erros e fraudes no âmbito contábil da entidade. Esse processo promove a averiguação sobre essas atividades, verificando se estas estão em conformidade com as normas e leis do país, a fim de evitar situações que prejudiquem a entidade.

Portanto, como Franco e Marra (2001) apontam, a correlação entre auditoria e contabilidade se sustenta na união de todos os elementos que controlam o patrimônio como registros contábeis, documentos, papéis, fichas, anotações e arquivos que garantam a relevância dos fatos relatados, sendo estes as principais fontes de dados para se obter as informações utilizadas nas operações.

2.2 AUDITORIA EXTERNA E AUDITORIA INTERNA

A auditoria externa busca enfatizar a qualidade das informações, onde o parecer do auditor serve para os gestores e acionistas como uma forma de assegurar os dados que estão sendo expostos nas demonstrações contábeis, a fim de garantir maior exatidão durante as tomadas de decisões. Conforme Damascena, Fimino e Paulo (2011), o desenvolvimento do trabalho do auditor é de extrema importância para que este emita opiniões profissionais quanto à qualidade das informações contábeis disponibilizadas aos interessados no setor econômico e financeiro da entidade, expressando, ainda que com aspectos subjetivos, confiança as informações a analisadas.

Dessa forma, percebe-se que o trabalho do auditor garante a fidedignidade das informações, garantindo qualidade e sendo um meio de passar confiança aos seus usuários, que as utilizam em tomadas de decisões. Assim os caminhos tomados pelos gestores para a resolução de seus problemas não serão comprometidos por parte do que lhes foi passado através dos relatórios e exames feitos pelo auditor.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) estabelece no item 3, NBA TA 200 (2009), como sendo propósito da auditoria externa gerar maior confiança nas demonstrações contábeis, levando em consideração as exigências éticas relevantes de modo a formar a opinião do auditor, que deve estar de acordo com as normas e uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

Ainda que a auditoria externa esteja voltada a apresentar dados para os participantes indiretos da entidade, ela possui uma função tão importante quanto à interna, necessitando ser tão confiável quanto sua contraparte, portanto o auditor deve cumprir bem o seu papel de acordo com as normas estabelecidas.

Já a auditoria interna é responsável por revelar os pontos de aperfeiçoamento do controle interno da empresa aos gestores, de modo a obterem um melhor acompanhamento das funções realizadas por esta. Pinheiro e Cunha (2009) afirmam que essa função é executada pelos funcionários da empresa com absoluta dependência, a fim de atender às necessidades da administração na aplicação e verificação das normas internas utilizadas, analisando e melhorando o controle interno, de modo a evitar possíveis fraudes.

Ao contrário da externa, a auditoria interna está ligada aos dados que interferem diretamente nos resultados da administração da entidade, sendo executada pelos funcionários da organização. E por esse motivo é importante que o auditor fique atento quanto ao surgimento de erros e fraudes

que possam prejudicar as informações passadas aos gestores e administradores.

De acordo com o item 12.1.1.3, NBC – TI 01 (2003), do CFC a auditoria tem como ferramentas de serviço registros, avaliações, exames, análises, comprovações e levantamentos que são organizados a fim de auxiliar na avaliação da integridade, na eficiência, eficácia e no controle dos processos para a diminuição dos custos, tanto dos sistemas de informações quanto dos controles internos e de gerenciamentos de riscos, tudo para que a administração alcance seus objetivos.

A auditoria interna consiste na utilidade de avaliar se os meios da entidade estão sendo empregados de forma correta, e se os resultados obtidos estão de acordo com o planejamento. Para tal fim, o auditor interno deve se preparar para desenvolver todos os exames e testes fundamentais para alcançar os objetivos expostos pela organização.

De acordo com Cerqueira e Reis (2005), as dificuldades encontradas nesse campo se devem à má transparência das informações, comprometendo os princípios administrativos. Por esse motivo é necessário que o auditor interno esteja familiarizado com tais princípios, desse modo será mais fácil identificar as causas e os efeitos que esses problemas terão sobre as informações.

Para Franco e Marra (2001), a auditoria interna tem por finalidade promover testes para a entidade e para produtividade com o intuito de apontar os problemas e deficiências ocorridas para a administração. Desse modo, convém ao auditor interno informar aos gestores da empresa sobre o que está ocorrendo e lhe sugerir ajustes para melhorar o desenvolvimento da entidade e alcançar os propósitos traçados.

Conforme o item 12.1.1.4, NBC TI 01 (2003), do CFC a atividade da auditoria interna é construída com base em procedimentos técnicos, objetivos, disciplinados e sistemáticos, a fim de gerar credibilidade ao resultado da entidade, apresentando suportes financeiros para aperfeiçoar os processos, tanto do controle interno quanto da gestão, devido as recomendações apontadas nos relatórios.

Portanto, a tarefa de auditoria interna possui uma estrutura organizada e controlada que busca gerar relevância às informações obtidas, sustentadas nas evidências que o auditor coleta na organização e nos dados colhidos pelos controles internos, para assim conseguir realizar seus procedimentos. Além disso, a auditoria interna revela suportes financeiros que melhoram esses processos, recomendados nos apontamentos levantados nos exames e relatórios.

Desse modo, percebe-se que a diferença entre ambas as auditorias está no fato de uma (Externa) priorizar o levantamento de dados para usuários externos, como acionistas, investidores, governo, etc., a fim dar mais confiança e apresentar a situação e o andamento da empresa a esses usuários, enquanto que a outra (Interna) se prende nas atividades que envolvem o interior da organização, buscando atingir a fidedignidade das informações através de análises corretivas para a prevenção e percepção de erros e fraudes.

2.3 CONTROLE INTERNO

É composto pelo plano de organização e de todos os métodos e procedimentos adotados internamente pela empresa para proteger seus ativos, controlar a validade dos dados fornecidos pela contabilidade, ampliar a eficácia e assegurar a boa aplicação das instruções da direção. Para Almeida (2007), o controle interno tem como principal finalidade garantir segurança aos ativos por meio de um conjunto de procedimentos que, além disso, proporcionam dados contábeis fidedignos para o direcionamento da administração na condução dos negócios da entidade.

Já no entendimento de Crepaldi (2013), o controle interno é apresentado como um sistema

que reúne alguns aspectos relevantes para a organização como os planos, deveres, responsabilidades e diversos métodos para proteger os ativos, garantir a fidelidade dos dados contábeis, de modo que esses garantam eficiência e eficácia às informações e às operações, além de influenciar positivamente as políticas administrativas prescritas. No entanto para auditoria conseguir realizar seus procedimentos, a esta se baseia nas evidências que o auditor recolhe na empresa e nos dados adquiridos pelos controles internos.

De acordo com Gil, Arima e Nakamura (2013) o controle interno tem como objetivo garantir que as operações do ciclo de negócios definidos pela organização sejam trabalhadas de maneira adequada, a fim de estar sempre de acordo com os processos estabelecidos. Portanto o controle interno vem sendo caracterizado como um conjunto de processos e métodos que visam preservar os ativos e que produzem informações confiáveis que auxiliam na organização da entidade. Dessa forma o controle interno compreende todos os meios planejados numa empresa para dirigir, restringir, governar e conferir suas várias atividades com o propósito de fazer cumprir os objetivos.

De acordo com o item A51, NBC TA 315 (2014), do CFC o controle interno é criado e utilizado para proteger o negócio de todos os riscos que ameacem o alcance dos objetivos da organização voltados às demonstrações contábeis e a confiabilidade das informações, juntamente com a eficiência e eficácia de suas operações, tudo alinhado conforme as normas e regulamentos utilizados.

Dessa forma quanto melhor o controle, mais segurança no trabalho, quanto menor o controle, mais atenção é imposta na execução de tarefas. Assim, nota-se que o controle interno é uma ferramenta indispensável em uma organização, protegendo assim os seus ativos e auxiliando na produção de dados contábeis confiáveis. Logo, a responsabilidade do auditor perante uma falha do controle é informar a direção sobre o que está acontecendo e mostrar a eles quais as deficiências que estão afetando o funcionamento do mesmo. Dessa forma, o auditor precisa estar atento, pois quando há uma deficiência, mesmo que não tenha ocorrido uma distorção, ela precisa ser verificada e levada em consideração para que no futuro não ocorra nenhuma falha no sistema que possa vir trazer prejuízos à empresa. Um controle interno fragilizado deixa a empresa exposta a riscos, desde pequenos erros a grandes fraudes.

2.4 ERROS E FRAUDES

Conforme com as definições propostas no item 12.1.3.2, NBC TI 01 (2003), do CFC o “termo ‘fraude’ aplica-se a ato intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários”. Ou seja, refere-se ao fato de um indivíduo ocultar e/ou modificar à sua vontade qualquer tipo de documento que proporcione informações relevantes a empresa. Já na NBC TA 240, no item A3, do CFC: Informações contábeis fraudulentas podem decorrer do seguinte:

1. Manipulação, falsificação (inclusive de assinatura) ou alteração de registros contábeis ou documentos comprobatórios que serviram de base à elaboração de demonstrações contábeis.
2. Mentira ou omissão intencional nas demonstrações contábeis de eventos, operações ou outras informações significativas. Aplicação incorreta intencional dos princípios contábeis relativos a valores, classificação, forma de apresentação ou divulgação.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Já se tratando de erro, o item 12.1.3.3, NBC TI 01 (2003), do CFC define: “O termo ‘erro’ aplica-se a ato não-intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, tanto em termos físicos quanto monetários”. Eles consistem de acordo com CFC (2003, p. 179): “a) Erros aritméticos na escrituração contábil ou nas demonstrações contábeis; b) Aplicação incorreta das normas contábeis; c) Interpretação errada das variações patrimoniais”. De modo geral, pode-se dizer que a diferença entre erro e fraude é fato do primeiro ser realizado por descuido, não havendo nenhuma vontade própria por trás do indivíduo, enquanto o segundo é feito intencionalmente com o objetivo de adquirir benefícios irregulares com base nas informações existentes.

Lima, Silveira e Barbosa (2014) apontam alguns motivos involuntários para a existência de erros nos dados analisados, como esquecimento e desatenção, que podem ocorrer durante a escrituração, sem intenções de causar danos em tais documentos enquanto a ocorrência das fraudes se deve por outros motivos.

O enfraquecimento dos valores éticos e morais são uma das principais causas de fraudes em empresas. Segundo Crepaldi (2000), a presença desse fato se deve por três motivos distintos. O primeiro deles se refere à oportunidade de fazê-lo e esconder seus atos, o segundo está ligado à pressão empresarial devido a possíveis problemas financeiros e o terceiro seria o fato de ter conhecimento sobre aquilo o que se fez.

Portanto cabe ao auditor interno verificar esses pontos ao auditar uma empresa e ressaltar também a integridade e a honestidade dos administradores e gestores da entidade ao planejar e realizar seu trabalho. Pela própria hierarquia, os gerentes podem ordenar que seus funcionários ocultem transações ou até mesmo informações importantes para o trabalho do auditor.

Como vem tratando no CFC, é proposto no item 12.1.3.1, NBC TI 01 (2003), que a auditoria interna auxilie a administração da organização com relação aos cuidados que precisam ter com os erros e fraudes, ficando responsáveis em avisá-la caso haja qualquer indício desses tipos de irregularidades no serviço. Por isso o auditor interno não deve se basear em suposições e nem confiar completamente nos controles internos, o auditor deve sempre estar atento, pois por mais seguros que eles possam parecer, estão expostos a má conduta, erros e fraudes.

2.5 PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA INTERNA

Os procedimentos de auditoria são os métodos de como devem ser inspecionados e examinados os acontecimentos ocorridos nas empresas. De acordo com Almeida (2010) procedimentos de auditoria são técnicas pelos quais o auditor obtém informações úteis com o intuito de emitir opiniões sobre as demonstrações contábeis. Diante disso, o CFC estabelece no item 12.2.3.1, NBC- TI 01 (2003), que os procedimentos da Auditoria Interna são constituídos de investigações e exames, onde se incluem testes de observância e testes substantivos, os quais fornecem informações suficientes ao auditor interno para que este tire suas conclusões e informe algumas recomendações à administração da empresa. Ou seja, com base nesses procedimentos que o auditor interno realiza seu serviço.

O teste de observância serve para que o auditor consiga uma segurança satisfatória de que os controles internos das instituições estejam em perfeito funcionamento. De acordo com Jund (2002) o auditor precisa realizar algumas etapas para atingir os objetivos esperados, como planejar o trabalho, revisar os controles internos, verificar as contas do balanço patrimonial, tudo para

7 a 9 de setembro

ORGANIZAÇÃO

CCN



APOIO



AICOGestión

melhor organizar seu trabalho e saber quais procedimentos deverão ser utilizados na auditoria.

Dentro do teste de observância, é necessário que sejam analisados os seguintes procedimentos: Procedimento de inspeção, observação, investigação e confirmação. O CFC os define no item 12.2.3.2, NBC – TI 01 (2003), como:

- a) Inspeção – verificação de registros, documentos e ativos tangíveis; b) Observação – acompanhamento de processo ou procedimento quando de sua execução; e c) Investigação e confirmação – obtenção de informações perante pessoas físicas ou jurídicas conhecedoras das transações e das operações, dentro ou fora da entidade.

No caso dos testes substantivos servem para que o auditor obtenha precisão e validade nos dados e informações que são apresentados a ele por meio dos sistemas de informação da organização. Essas informações, de acordo com o item 12.2.3.4, NBC – TI 01 (2003), do CFC são definidas como sendo as evidências da auditoria e devem ser verdadeiras e relevantes a fim de fornecer confiabilidade para as devidas conclusões e recomendações para a administração da organização.

É também de suma importância que o auditor, ainda na fase de planejamento, analise também os riscos, pois tal fator pode influenciar no alcance dos objetivos propostos, dessa forma nota-se a importância do trabalho do auditor perante a organização e os benefícios alcançados através do seu trabalho, como prevenir ocorrências em exercícios futuros e orientar sobre riscos existentes no exercício presente.

3. METODOLOGIA

Para a execução do presente artigo foi empregado um estudo com base em uma pesquisa descritiva, que segundo Barros e Lehfeld (2000) têm como proposta descobrir as características de um determinado fenômeno, tais como a frequência com que ocorre, sua natureza, conexões e relações com demais fenômenos, além de suas causas. A pesquisa se enquadra nesse tipo por estudar determinados fenômenos, no caso erros e fraudes, e buscar os motivos de sua existência, visando meios para preveni-los. Os dados são de natureza qualitativa, por estudar acontecimentos envolvidos nas relações sociais dos seres humanos em um determinado ambiente (Godoy, 1995), e têm como finalidade levantar as informações necessárias para um bom desenvolvimento da pesquisa e para o cumprimento do objetivo proposto.

Para Bervian, Cervo e Silva (2007), a pesquisa bibliográfica é constituída de um procedimento básico voltado ao estudo monográfico, que tem como objeto de estudo instituições, determinado grupo de indivíduos, comunidades, etc. As fontes utilizadas para a pesquisa foram encontradas em livros, normas e artigos, a fim de garantir maior relevância e coerência com as atualizações nesse campo.

Além disso, a pesquisa também se enquadra no tipo exploratório, pois traz levantamento bibliográfico, entrevista com pessoas que tiveram experiência práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. De acordo com Oliveira (2008) consiste em uma coleta de dados, que ocorre em período de tempo real, onde as informações são obtidas por meio de um estudo, que visa aproximar o pesquisador do objeto estudado, possibilitando a realização de uma futura pesquisa aprofundada, onde se inclui a entrevista.

Foi realizado um estudo utilizando as informações obtidas a partir de uma fundamentada entrevista com um auditor interno, que teve como base quatorze questões, sendo cinco adaptadas

de Almeida (2014). O entrevistado exerce sua função em uma organização do terceiro setor, sem fins lucrativos, localizado no Estado de São Paulo. Possui bacharel em contabilidade, especialização em controladoria, auditoria e contabilidade, além disso, atua na área de auditoria há quatro anos e trabalha na área contábil-administrativa desde 1988, 32 anos.

A entrevista é o instrumento de pesquisa mais apropriado para o trabalho pelo fato de permitir que o entrevistador interaja com o entrevistado e possibilitar que o entrevistador perceba o nível de conhecimento dos entrevistados sobre o assunto. A entrevista estruturada proporciona que os dados coletados sejam comparados a fim de obter a concordância dos entrevistados no assunto tratado (Bertucci, 2008).

A análise foi realizada com base em uma comparação entre as respostas obtidas com o auditor e as referências bibliográficas descritas no artigo, a fim de apresentar como os procedimentos da auditoria interna auxiliam a organização do terceiro setor a prevenir erros e fraudes, sob a perspectiva do auditor interno.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1 AUDITORIA INTERNA E CONTROLE INTERNO

A respeito da correlação entre a auditoria e contabilidade foi questionado com a intenção de obter um apontamento profissional do auditor sobre a existência dessa relação, visto que em alguns casos a teoria se distancia da prática.

De acordo com o entrevistado, “ambas estão relacionadas diretamente, sendo a contabilidade um instrumento de tomada de decisões e a auditoria interna seu complemento, pois é realizada dentro do próprio período para corrigir e orientar todo o processo”. A colocação do entrevistado está em harmonia com o que Perez Junior (2010) ao mencionar a respeito da correlação entre auditoria e contabilidade, mostrando que ambas estão ligadas, pois uma complementa a outra, sendo a auditoria uma ferramenta utilizada para analisar as informações contábeis.

Sobre a importância do auditor interno na organização se deve ao fato de a organização ser fundamentada em princípios cristãos, o que, teoricamente, deveria garantir maior fidedignidade às informações contábeis.

Como dito anteriormente, o auditor interno ajuda em uma série de situações, entre elas também se incluem: redução de custos, evitar desperdícios, aumento e melhoria da qualidade da produção, além também de corrigir várias posições que são tomadas que não estariam de acordo com os regulamentos da organização. A organização é regida por um regulamento eclesiástico, o qual nos dá rumos a serem tomados, inclusive de salários, auxílios, entre outras questões, portanto, o auditor interno, acompanhando os processos, pode ajudar na verificação desse regulamento (Entrevistado).

A resposta desenvolvida pelo entrevistado está de acordo com o pensamento de Attie (1998), que também defende o fato da auditoria surgir com o intuito de auxiliar na prevenção e percepção de alguns problemas à organização quanto à confiabilidade dos dados contábeis, no que se incluem erros e fraudes, e a verificação se tais informações estão em conformidade com as leis e normas do país. Além disso, foi mencionado que a empresa é guiada por um regulamento eclesiástico, que direciona o trabalho do auditor.

Sobre os motivos para se fazer uso da auditoria interna o entrevistado respondeu: “Os motivos são claros, manter a transparência para os fatos contábeis e financeiros, e ser totalmente confiável, a todas as outras entidades do mesmo fim, instituições financeiras, fornecedores e

clientes e demais que tenham contato com a organização “ (Entrevistado). Damascena, Fimino e Paulo (2011) defendem a mesma afirmação que o entrevistado, enfatizando a importância do auditor devido a suas emissões de opiniões profissionais com relação à qualidade das informações contábeis, garantindo maior confiabilidade aos registros analisados.

Sobre as dificuldades encontradas para se ter qualidade nas informações e analisá-las, foi questionado devido à importância que tais informações têm aos seus usuários e a necessidade de elas estarem totalmente fiéis às ocorrências na organização. “As dificuldades só serão encontradas se todo processo do controle interno não estiver devidamente organizado, transparente, arquivado com segurança, do contrário não haverá complicações na realização da tarefa, tornando o serviço de auditoria muito tranquilo (Entrevistado)”.

Entende-se que a única dificuldade existente só ocorre caso as informações estejam incoerentes com os fatos ocorridos na organização, assim como ressaltado por Cerqueira e Reis (2005). O entrevistado ainda acrescentou: “Os controles internos são base segura para todo tipo de necessidade que a gestão possa precisar, eles precisam ser totalmente confiáveis, sem isso, ficamos à mercê de realizar qualquer tomada de decisão equivocada (Entrevistado)”. Desse modo, entende-se que os controles internos são extremamente capacitados para desempenhar seu serviço, e que se o auditor cumprir com suas funções na empresa, assim como as mencionadas por Almeida (2007): proteger ativos, gerar confiabilidade nos dados contábeis e ajudar a administração no direcionamento dos negócios empresariais, ele reduzirá tais complicações.

Também foi perguntado sobre os tipos de controles internos utilizados, e quais os mais eficazes, por se tratar de uma organização denominacional os principais são: “Sistema de autorização, conferência e aprovação, Sistema de registro e Auditoria Interna, isso na área contábil, e todos com muita eficácia. Temos também controles administrativos, principalmente na parte de Treinamento de pessoal, deixando aptos para desenvolver às suas atividades” (Entrevistado).

A resposta do entrevistado está de acordo com os campos mencionados por Crepaldi (2013), relacionados às particularidades relevantes para a organização, onde os tipos de controles citados se enquadram: nos planos, deveres, responsabilidades e diversos procedimentos para proteger os ativos e propiciar fidedignidade aos dados contábeis, garantindo eficiência e eficácia às informações. Desse modo, se tratando da resposta do entrevistado, a auditoria da empresa está bem estruturada para lidar com falhas inesperadas.

O questionamento sobre quais os procedimentos adotados quando ocorre um erro ou falha nos controles internos, foi levantado por se tratar de um ponto muito importante, visto que um problema não resolvido nessa área pode influenciar todo o processo de decisão. “Corrigi-los o mais rápido possível, qualquer perda de tempo pode se acumular e se tornar algo ainda mais complicado (Entrevistado)”. O entrevistado apresentou na resposta a necessidade de correção rápida em casos de complicações, e Gil, Arima e Nakamura (2013) revelam o motivo dessa necessidade mencionando o ciclo de negócios pelo qual o controle interno é responsável. Portanto, o aumento das complicações ocorre por se tratar de um ciclo cumulativo que quanto mais se deixa seguir mais se acumula. Ele ainda acrescentou:

Quando identificado algum erro ou falha, é enviado um relatório prévio de auditoria para o departamento envolvido, para que ele possa se justificar. Se não houve justificativa, será enviado para a administração um relatório final, que deverá ser respondido em até 60 dias, identificando o método que será utilizado para correção. Quem irá corrigir é o departamento que o cometeu. Ele responderá o relatório da auditoria explicando como irá fazer as



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



correções. A auditoria interna, somente aponta o erro ou a possível fraude, e dá a recomendação (Entrevistado).

A partir dessa resposta, percebe-se que a auditoria apenas aponta o erro ou a possível fraude e dá suas recomendações a administração, assim como mencionado no item 12.1.1.4, NBC TI 01 (2003), do CFC, porém o responsável por corrigi-la é o próprio departamento responsável pelo problema.

Sobre se a organização faz uso de testes de observância e testes substantivos, o entrevistado afirmou que “na organização, o auditor interno utiliza os dois métodos”, e acrescentou, explicando o funcionamento deles:

O Teste de Observância acontece quando uma empresa vai adquirir um bem, material de consumo, ou realizar qualquer tipo de compra, ela precisa, para não ter favoritismo de fornecedor, realizar uma pesquisa de valores, depois, realizar pedido de compra, e ao comprar, receber a nota fiscal, conferir a mercadoria, tudo isso é observado pelo papel do auditor, para se ter a confiança de confrontação. Já o Teste Substantivo ocorre quando esse trabalho não é feito pelo grupo relacionado da empresa, e sim realizado pelo auditor interno. De qualquer forma, ou você confere os controles internos, e sua boa utilização, ou acaba realizando o papel de quem deveria ter feito (Entrevistado).

Ou seja, o primeiro teste é voltado ao setor de compra da entidade e funcionários comuns da área administrativa serão os analisadores, enquanto no segundo essa tarefa caberá ao auditor. Estes métodos, como estabelecido no item 12.2.3.1, NBC TI 01 (2003), são utilizados para se obter informações capazes de proporcionar um conteúdo suficiente para se criar recomendações e tirar conclusões, e, por fazerem uso dos dois, a organização está sujeita a cumprir com esse requisito.

Dando procedência ao assunto, o entrevistado relatou os benefícios adquiridos pela empresa por parte desses testes, que seria “garantir a honestidade por parte dos fornecedores durante a compra, e, conseqüentemente, verificar se há perda de algum recurso financeiro durante tal fato”. Desse modo, percebe-se o cuidado da entidade na administração de seus recursos e a importância da realização desses testes para sua proteção. O entrevistado então mencionou que havia mais alguns testes.

Creio que esses são os mais eficazes (Observância e Substantivo), mas também poderíamos considerar o de amostragem, e até o de revisão analítica. O teste de amostragem é usado somente se os controles internos forem muito fracos, isso com estoques e até com o imobilizado, já o de revisão analítica, que nada mais é do que uma análise minuciosa das contas de uma determinada natureza, fiz somente uma vez em todo o meu trabalho (Entrevistado).

Desse modo, percebe-se que os controles internos da organização são bem preservados e por isso se encontram ótimas condições, porém foi necessário passar por alguns testes mais aprofundados analiticamente para se tornarem estáveis como estão hoje.

No tocante as dificuldades encontradas na realização dos testes, o entrevistado explicou que “as dificuldades são encontradas quando os controles internos não são eficazes. A falta de controles internos fortes fará com que o auditor tenha dificuldade em realizar o trabalho, do contrário o processo se torna bem tranquilo”.

Tal resposta revelou a importância do controle interno ao afirmar que as dificuldades surgem apenas quando há problemas em seus procedimentos, e o item A51, NBC TA 315 (2014), do CFC reforça essa ideia ao mencionar que o controle interno é criado e utilizado para proteger o

7 a 9 de setembro

ORGANIZAÇÃO



APOIO



negócio de todos os riscos que ameacem o alcance dos objetivos da organização voltados às demonstrações contábeis e a confiabilidade das informações, desse modo se não há problemas com esse instrumento, não haverá complicações em outras áreas. O entrevistado então acrescentou:

Quando feito com zelo e capricho, bem organizado, arquivado e transparente, o trabalho do auditor interno é feito com rapidez, criando, na maioria das vezes, uma parceria duradoura. Se os controles internos são feitos somente para cumprir a exigência o serviço se torna mais complicado e às vezes o auditor interno pode ser considerado como um cobrador (Entrevistado).

Esse complemento revela que a apreciação pelo serviço também reduz as dificuldades em desempenhá-lo, do contrário, o desgosto pela função exercida pode se tornar uma dificuldade criadora de problemas não intencionais, devido a falta de comprometimento do funcionário com o cargo em questão.

4.2 ERROS E FRAUDES

Sobre a ocorrência de erros e fraudes e os procedimentos de correção e ajuste, foi abordado em função de que a existência desses dois fatores pode comprometer as informações obtidas.

Em nosso trabalho o mais comum é encontrar erros, não isentando a possibilidade de surgir alguma fraude, pois a organização sempre está acompanhando todos os processos. Os procedimentos são sempre os mesmos, verifica-se, encaminham-se para o departamento responsável os relatórios e se não surgirem os resultados de imediato, encaminha-se para a organização superior, que tomará as decisões cabíveis. A correção é sempre feita com cada departamento envolvido e a resposta é quase sempre de imediato (Entrevistado).

A resposta do entrevistado está de acordo com o que estabelece o item 12.1.3.1 da NBC TI 01 (2003), que coloca a auditoria interna como um auxiliar da administração quando tratado de erros e fraudes, sendo os profissionais dessa área os responsáveis em avisá-la caso haja alguma irregularidade nas informações.

Já em relação aos principais fatores que ocasionam erros e fraudes o entrevistado afirmou: Alguns fatos que contribuem para a existência de erro são a má utilização dos controles internos, falta de treinamento do pessoal, mudança de colaboradores entre departamentos, falta de observância dos chefes do serviço realizado, enquanto a fraude é sujeita a má índole por parte de algum dos colaboradores. (Entrevistado).

A resposta apresenta fatores que ocasionam os erros e fraudes, sendo os erros um descuido por parte do funcionário ao realizar sua tarefa devido a acontecimentos na empresa, falta de atenção ou talvez desqualificação profissional, como mencionado por Lima, Silveira, Barbosa, Batista (2014), que afirmam a causa desse fato ser proveniente de desatenção ou esquecimento. Enquanto que as fraudes se restringem apenas a má índole por parte do funcionário ou da alta administração, como descrito pela NBC TA 240, no item A3, do CFC. Além disso, diante da causa de cada complicação, nota-se na afirmação que a diferença entre ambas é o fato de uma (erro) ser uma ação não intencional enquanto que a outra (fraude) ser uma ação intencional é verdadeira, como percebido ao analisar suas descrições nos itens 12.1.3.2 e 12.1.3.3 da NBC TI 01 (2003) do CFC.

Sobre alguma experiência em relação erros e fraudes e procedimentos o entrevistado mencionou que “sempre temos muitas experiências, mas também muitas soluções foram alcançadas. Sempre existirão casos para compartilhar, pois como a organização é muito dinâmica e envolve várias áreas é possível surgirem necessidades de correção” (Entrevistado).



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Como visto na resposta é comum encontrar alguns problemas nas informações durante as análises, principalmente quando se trata de erros, devido a sua natureza desprezível, como mencionado anteriormente por Lima, Silveira, Barbosa, Batista (2014). Por isso o auditor interno precisa estar atento para encontrar essas discrepâncias a fim de garantir a fidedignidade das informações e evitar irregularidades no serviço, como vem tratando no item 12.1.3.1, NBC TI 01 (2003), do Conselho Federal de Contabilidade.

Sobre Como o auditor interno deve agir em casos onde a diretoria o obriga a manipular os dados para benefício da organização, o entrevistado afirmou que “O auditor interno precisa ter total independência do trabalho a realizar, senão não poderá obter resultado satisfatório. Por isso que, em casos que se encontram tipos dessa solicitação, contrata-se uma auditoria externa, pela própria denúncia do auditor interno”. O entrevistado então explicou como seria essa independência: “Se ele não tiver liberdade para relatar, e tiver que manipular seu relatório, isso significa que seu cargo está sendo colocado em risco de demissão, então é em vão seu trabalho”. Para o entrevistado, a independência profissional é um fato primordial em casos como esse, pois essa característica incentiva a liberdade nas ações do indivíduo, assim ele não se sentirá preso a fazer o que seu superior ordena, ainda que seja contra os valores da empresa. Ele então acrescentou:

A organização tem adotado métodos de auditoria interna, investido em sistemas e em pessoal, os quais facilitam a averiguação deste fato, e inclusive distribuindo seus auditores internos em regiões, e preparando-os sempre para possíveis rodízios em suas entidades, para que não criem vínculos e se reportem sempre a sua administração superior (Entrevistado).

Quanto à existência de fraudes, Crepaldi (2000) revela três motivos para existirem: a oportunidade de fazê-lo e ocultar seus atos, pressão empresarial e conhecimento do serviço. Portanto, evitar esse tipo de oportunidade é uma das maneiras de impedir sua existência, e esses tipos de medidas têm sido utilizadas pela empresa em questão. Segundo o entrevistado, eles praticam a rotatividade de funcionários, que impede o apego social entre a administração e seus subordinados, e a contratação de auditoria externa, que por não possuírem vínculo empregatício com a entidade, estão menos sujeitos a realizar manipulações de dados para seu cliente.

Sobre os métodos utilizados para se prevenirem quanto a possíveis danos causados as informações o entrevistado respondeu “Utilizamos um software desenvolvido pela igreja, o qual faz a conferência das análises contábeis, gerando PTs, e também realizando a conferência dos documentos contábeis (Entrevistado)”. Portanto, o auditor interno da empresa tem também como ferramenta alguns programas especializados na análise dos dados, facilitando e gerando mais confiabilidade ao serviço.

Em relação a existência de aceitação das deficiências encontradas pelo auditor interno por parte da administração, foi uma questão levantada por haver casos onde essas deficiências são recusadas pela gestão, que em contrapartida exige a manipulação dos dados para evitar possíveis problemas financeiros.

Normalmente todos os trabalhos realizados pelo auditor interno são observados e colocados para correção das deficiências, são raros os casos que isso não acontece. O auditor interno também é sempre consultado para ajudar a dar possíveis ideias para solucionar as deficiências (Entrevistado).

Desse modo, percebe-se que essa entidade aceita tais recomendações, reconhecendo o valor e a disponibilidade do auditor interno para auxiliá-los em casos de deficiências, assim como

7 a 9 de setembro

ORGANIZAÇÃO



APOIO



mentionado no item 12.2.3.1, NBC TI 01 (2003) sobre o auditor interno tirar suas conclusões e informar algumas recomendações à administração da empresa.

Diante de tais respostas, nota-se alguns aspectos que revelam a importância da auditoria para a organização, sendo alguns deles pertinentes para responder à questão problema do artigo:

Tabela 1: A importância da auditoria

Prevenir erros e fraudes	Outros
É um aspecto essencial no controle interno.	Ajuda a administração na busca pela eficiência e eficácia nas atividades da empresa, assim como na gestão dos interesses da organização.
Apresenta documentos que relatam sobre o progresso dos controles.	Sua avaliação é feita com base nas metas alcançadas, alinhadas com o cumprimento da política empresarial e nacional.
Revela o desempenho da empresa a administração, assim como problemas e necessidades, ajudando-a com soluções.	
Revela as deficiências presentes no planejamento e na tomada de decisão.	
Garante o bom desempenho dos controles, gerando confiança nos dados contábeis.	
Incentiva o uso correto dos processos do controle interno e o cumprimento das normas e regulamentos da legislação.	

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do artigo é possível constatar a importância do auditor interno na organização, devido à necessidade gerencial de seu serviço, garantindo veracidade às informações para futuras decisões. O objetivo principal do auditor é acompanhar a administração da entidade no cumprimento de seus propósitos, avaliando e examinando os dados gerados pelos controles internos, prevenindo contra possíveis erros e fraudes e gerar confiabilidade as informações obtidas. Percebe-se que os gestores dão credibilidade e observam o trabalho feito pelo auditor interno, analisam as falhas encontradas por ele, e colocam suas deformidades para correção. Portanto, fica evidente a importância do auditor interno dentro de uma organização, como ferramenta de auxílio da alta administração.

Este trabalho tem como finalidade apresentar como os procedimentos da auditoria interna auxiliam a organização a prevenir erros e fraudes sob a perspectiva do auditor interno. Com base na fundamentação teórica e nos conceitos abordados, foi realizada uma entrevista com um auditor interno da organização, com intuito de verificar a teoria na prática, agregando valor à pesquisa e alcançando o objetivo proposto.

A auditoria interna é responsável por analisar todas as informações geradas pela empresa com o intuito de garantir sua veracidade antes da tomada de decisão. A auditoria em si não tem como principal fundamento detectar erros e fraudes durante as verificações, porém isso acaba se tornando uma consequência de tal tarefa. Para gerar fidedignidade as informações e prevenir possíveis erros e fraudes, a organização realiza testes substantivos e de observância, produzem documentos como pareceres e relatórios, onde descrevem o processo feito e o que foi concluído



durante as análises por meio de softwares desenvolvidos pela própria organização, que também realizam a conferência dos dados.

Outro aspecto importante é a rotatividade dos funcionários, que pode ser benéfica por proporcionar uma afetividade periódica entre a administração e seus subordinados, de modo que incentivos quanto a manipulações de dados devido a laços amigáveis entre subordinado e superior sejam evitados com maior frequência, no entanto, essa mudança periódica pode proporcionar dados errôneos no decorrer das atividades caso alguém não habilitado seja designado para ocupar o novo cargo. Além disso, existe a auditoria externa que auxilia também na análise dos dados caso os controles internos e a auditoria interna deixem algo passar. É importante ressaltar que um auditor externo, por não ter vínculo empregatício, torna-se teoricamente um alvo mais difícil de ser manipulado pela organização, diminuindo os riscos de fraudes e garantindo maior confiabilidade as informações. Tudo antes mencionado, ainda que não tenha como objetivo prevenir contra erros e fraudes acabam realizando essa função a partir do momento em que proporciona fidedignidade as informações contábeis.

REFERÊNCIAS

- Almeida, J. C. (2014). *Funcionalidade da auditoria interna sob a ótica de auditores internos e auditados de empresas da cidade de Caxias do Sul*. Monografia apresentada como requisito para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul. Recuperado de: <<https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/1704/TCC%20Juliana%20de%20Costa%20Almeida.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 08 fev. 2019.
- Almeida, M. C. (2010). *Auditoria: Um Curso Moderno e Completo Textos, Exemplos e Exercícios Resolvidos*. 7. ed. São Paulo: Atlas S.a., 2010.
- Attie, W. (1998) *Auditoria: conceito e aplicações*- 3. Ed. São Paulo: Atlas.
- Barros, A. J. S, & Lehfeld, N.A.S. (2000). *Fundamentos de Metodologia: Um guia para iniciação científica*. 2. ed. São Paulo: Makron Books.
- Bertucci, J. L. de O. (2008) *Metodologia Básica para Elaboração de Trabalhos de Conclusão de Cursos*. São Paulo.
- Boynton, W. C; Johnson, R. N; Kell, W. G. (2002). *Auditoria* – 7. Ed. – São Paulo: Atlas.
- Cerqueira, E. F., & Reis, J. A. G. (2005). *A Importância da Auditoria Interna*. São José dos Campos. Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade do Vale do Paraíba. Recuperado de: <<https://biblioteca.univap.br/dados/INIC/cd/inic/IC6%20anais/IC6-75.PDF>> Acesso em 08 abr. 2020.
- Cervo, A. L.; Silva, R.; Bervian, P. A. (2007). *Metodologia Científica*. 6. ed. São Paulo: Pearson Education-Br.
- Cherman, B. (2005). *Auditoria: Teoria e exercícios* - Rio de Janeiro: Freitas Bastos.
- Conselho Federal De Contabilidade. (2003). *Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade de auditoria e perícia*. Brasília: CFC. Recuperado de: < https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/0_livro_auditoria-e-pericia.pdf> Acesso 26 set. 2019
- Conselho Federal De Contabilidade. (2003) NBC TI 01 – *Da Auditoria Interna*, Brasília. Resolução CFC Nº 986/03. Recuperado de: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES986.pdf>> Acesso em 13 set. 2019.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



- Conselho Federal De Contabilidade. (2009) NBC TA 240 - *Responsabilidade do Auditor em Relação à Fraude, no Contexto da Auditoria de Demonstrações Contábeis*, Brasília. Recuperado de: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SER/docs/NBCTA240\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SER/docs/NBCTA240(R1).pdf)> Acesso em 13 set. 2019.
- Conselho Federal De Contabilidade. (2009) NBC TA 200 – *Objetivos gerais do Auditor Independente e a condução da Auditoria em conformidade com Normas de Auditoria*, Brasília. Recuperado de: <<http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/Confirmacao.a.spx>> Acesso em 22 abr. 2019.
- Conselho Federal De Contabilidade (2014). NBC TA 315 – *que dispõe sobre a identificação e a avaliação dos riscos de distorção relevante por meio do entendimento da entidade e do seu ambiente*, Brasília. Recuperado de: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA315\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA315(R1).pdf)> Acesso em 26 ago. 2019.
- Crepaldi, S. A. (2010) *Auditoria Contábil: Teoria e prática*. 6. Ed. – São Paulo: Atlas.
- Crepaldi, S. A. (2013) *Contabilidade gerencial: Teoria e Prática*. 9 ed. São Paulo: Atlas.
- Damascena, L. G; Fimino, J. E.; Paulo, E. (2011). *Estudo sobre os pareceres e auditoria: análise dos parágrafos de ênfase e ressalvas constantes nas demonstrações contábeis das companhias listadas na bovespa*. Revista Contabilidade Vista & Revista, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 125-154. Recuperado de: <<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/939>> Acesso em 22 abr. 2019.
- Euzébio, L., & Barbosa, R. J. (2017). *A importância da auditoria interna nas empresas e informações precisas*. Revista Científica Eletrônica de Administração, a. VI. N. 10.2006. Recuperado de: <<https://monografias.brasilescola.uol.com.br/administracao-financas/a-importancia-auditoria-interna-como-instrumento-controle-administrativo-financeiro-empresa.htm>> Acesso em 27 ago. 2019.
- Fonseca, R. A; Toroco, J. S; Nazareth, L. G. C; Ferreira, R. N. (2014). *A importância do contador nas organizações*. XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Recuperado de: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/32720337.pdf>> Acesso em 15 mai. 2019.
- Franco, H.; Marra, E. (2000). *Auditoria Contábil: Teoria e prática*. São Paulo: Atlas.
- Gil, A. L.; Arima, C. H.; Nakamura, W. T. (2013). *Gestão: controle interno, risco e auditoria*. São Paulo: Saraiva.
- Godoy, A. S. (1995). *Pesquisas qualitativas tipos fundamentais*. Revista de Administração de empresas. São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29. Recuperado de: <<https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>> Acesso em 01 mai. 2020.
- Jund, S. (2002) *Auditoria: Conceitos, Normas, Técnicas e Procedimentos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Impetus. p. 513.
- Lima, K. R; Silveira, T. R; Barbosa, W. H. (2014). *A importância da auditoria para a prevenção de erros e fraudes na organização*. Diálogos em Contabilidade: teoria e prática (Online), v. 1, n. 2, edição 1. Recuperado de: <<http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/dialogoscont/article/view/1226/896>> Acesso em 24 mar. 2020.
- Marion, J. C. (2009) *Contabilidade básica*. 10. Ed. – São Paulo: Atlas.
- Mendes, A. P; Pacheco, G; Iansen, M. V. M; Pavan, M. R. B. (2017). *A Importância da Auditoria Interna: Estudo de Caso do Supermercado Cibus*. Revista Interfaces. Recuperado de:

7 a 9 de setembro

ORGANIZAÇÃO



APOIO





100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170705174045.pdf> Acesso em 27 mar. 2019.

- Oliveira, A. B. S. (2008) *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Contabilidade*. São Paulo: Saraiva.
- Pagnoncelli, L. C. (2016). *Habilidades e competências do contador: percepção de profissionais, docentes e acadêmicos*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica do Paraná. Curso Ciências Contábeis. Recuperado de: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/6966/1/PB_COCTB_2016_2_15.pdf> Acesso em 15 mai. 2019
- Perez, J. H., Jr. (2010) *Auditoria de demonstrações contábeis: normas e procedimentos*. – Ed. São Paulo: Atlas.
- Potrich, V. B. (2014). *A relevância da auditoria interna para as organizações*. Trabalho de Conclusão apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Recuperado de: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/140740/000968473.pdf?sequence=1>> Acesso em: 07 jun. 2020.
- Pinheiro, G. J, & Cunha, L. R. S. (2003). *A importância da auditoria na detecção de fraudes*. Revista. Contabilidade Vista & Revista Belo Horizonte. v. 14. n 1. Recuperado de <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/210>> Acesso em 22 abr. 2019.
- Rôças, G, & Bomfim, A. M. (2018). *Do embate à construção do conhecimento: a importância do debate científico*. Artigo publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons. Ciên. Educ, Bauru. v 24. n 1. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v24n1/1516-7313-ciedu-24-01-0003.pdf>> Acesso em 27 mar. 2019.
- Sá, A. L. (2002). *Curso de Auditoria* – 10. Ed. – São Paulo: Atlas.
- Souza, S. P. (2012) *O novo perfil do profissional de contabilidade na nova era*. Artigo de TCC da FASB – Faculdade São Francisco de Barreiras. Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis. Recuperado de: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigosimarlisouzapdfcorreto.pdf>> Acesso em 22 abr. 2019.
- Valério, C. V. (2003). *Auditoria Interna com Enfoque nos Controles Internos*. Artigo de TCC da UDF – Centro Universitário do Distrito Federal. Recuperado de: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/130301/1/Monografia-Cristine.pdf>> Acesso em 13 set. 2019.

7 a 9 de setembro

ORGANIZAÇÃO



APOIO

FEPese AICOGestión